



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça

para os devidos fins.

Em 06 / 10 / 25

Cláudia

Concelção de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissão Técnicas

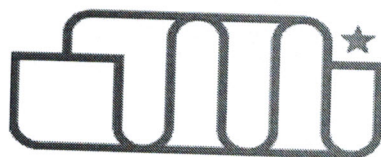
Ao (a) Deputado (a) Graciele

Marcos

para relatar.

Em 07 / 10 / 25

Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça HA



ALEPI

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
GABINETE DA DEPUTADA GRACINHA MÃO SANTA

**PARECER DA SENHORA DEPUTADA GRACINHA MÃO SANTA, AO PROJETO DE LEI
ORDINÁRIA Nº 281 DE 2025.**

EMENTA: Altera a Lei nº 8.724, de 18 de junho de 2025, para
Denominar “Ribamar Coelho” o trecho da rodovia estadual PI-
391, compreendido entre o entroncamento com PI-247 e o Povoado
Sangue, no município de Uruçuí, Estado do Piauí.

I. RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei de autoria do Deputado Gustavo Neiva que tem por objetivo alterar a Lei nº 8.724, de 18 de junho de 2025, para denominar “Ribamar Coelho” o trecho da rodovia estadual PI-391, compreendido entre o entroncamento da PI-247 e o Povoado Sangue no município de Uruçuí.

Informa o Autor que “a delimitação do referido trecho é justificada por sua relevância estratégica para a integração da zona rural com a sede municipal, servido ao escoamento da produção agropecuária, bem como ao transporte cotidiano de trabalhadores e moradores da região”.

À Comissão de Constituição e Justiça compete a análise do aspecto constitucional, legal, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Assembleia ou de suas Comissões, para efeito de admissibilidade e tramitação (Art. 123, I, “a” do Regimento Interno).

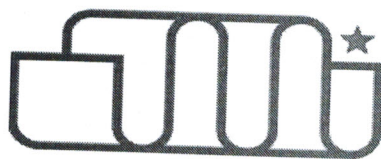
Ao ser encaminhado a esta Comissão coube a mim relatar a proposição.

É o relatório.

II. VOTO DO RELATOR

O presente projeto de lei propõe alterar a Lei nº 8.724, de 18 de junho de 2025, para denominar “Ribamar Coelho” o trecho da rodovia estadual PI-391, compreendido entre o entroncamento da PI-247 e o Povoado Sangue no município de Uruçuí.

Justifica o Autor sua proposta enfatizando o simbolismo histórico durante a abertura da PI-391, em que os trabalhadores da rodovia se instalaram na área da Fazenda Sangue e foram acolhidos por Ribamar Coelho.



ALEPI

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
GABINETE DA DEPUTADA GRACINHA MÃO SANTA

A homenagem recai sobre o ex-prefeito José Ribamar Coelho (1929-2012) figura histórica da política de Uruçuí, que exerceu quatro mandatos como chefe do Executivo Municipal. Reconhecido por sua dedicação à comunidade, especialmente aos mais humildes, destacou-se como grande articulador do desenvolvimento da cidade em âmbito estadual e nacional. Seu legado está associado ao fortalecimento da agricultura e da pecuária, setores que transformaram Uruçuí em referência no agronegócio brasileiro.

A pertinência da homenagem está ainda vinculada ao fato de que foi justamente nesta região que o homenageado iniciou seus primeiros projetos agropecuários, especialmente na Fazenda Sangue, onde se estabeleceram importantes iniciativas de criação de gado, desde a década de 1960. Posteriormente, na década de 1980, através da Companhia de Alimentos Gerais – COMAG, com apoio da SUDENE, implantou um dos maiores projetos de criação de gado nelore da época, gerando emprego, renda e desenvolvimento para a região, legado que permanece sob a administração de seus herdeiros.

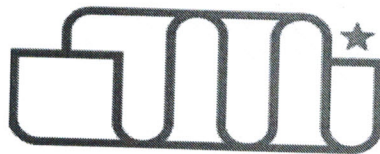
Na análise do contexto técnico-legislativo verifica-se que a proposição está dentro das competências constitucionalmente delegadas ao proponente e de apreciação pelo Poder Legislativo, nos termos do Art. 61, inciso IV, da Constituição Estadual, não recai em restrições de iniciativa privativa de outros órgãos.

Nesse quesito, importante salientar o entendimento do Supremo Tribunal Federal firmado no Recurso Extraordinário nº 11251237, com o reconhecimento de Repercussão Geral, em que ficou assentada, no que se refere à competência normativa para a denominação de vias, logradouros e prédios públicos a “existência de uma coabitação normativa entre os Poderes Executivo (por meio de decreto) e do Legislativo (por meio de lei) para o exercício dessa competência, cada um no âmbito de suas atribuições”¹. Em que pese tal julgamento ter sido proferido em um processo envolvendo município, o fundamento jurídico utilizado (separação de poderes com possibilidade de atuação de ambos os poderes – cada qual em sua órbita constitucional) é perfeitamente aplicável ao presente caso, em que a Assembleia Legislativa, mediante projeto de lei, propõe a denominação de rodovia estadual.

O presente projeto de lei cumpre com os requisitos de técnica legislativa estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 95/1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação e a consolidação das leis; bem como com o disposto no Art. 150, I, do Regimento Interno.

Ante ao exposto, considerando a competência do proponente e o atendimento dos requisitos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e dos termos regimentais de técnica legislativa,

¹ Disponível em: < <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=425467&tip=UN> >



ALEPI

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
GABINETE DA DEPUTADA GRACINHA MÃO SANTA

VOTO PELA APROVAÇÃO DO PRESENTE PROJETO DE LEI NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO.

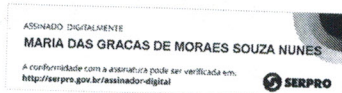
É como voto.

III. PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, após discussão e deliberação resolve pela:

- () Aprovação.
- () Aprovação com Emenda.
- () Aprovação com Substitutivo.
- () Rejeição.
- () Transformação em Indicativo.
- () Aprovado em reunião conjunta.

Sala das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa em Teresina/PI, ____ de ____ de 2025.



Deputada Gracinha Mão Santa
Relatora na CCJ

